



# Câmara Municipal de Montes Claros – MG

PROJETO DE LEI Nº **54** 2022



**“Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta prévia à comunidade escolar para fins de descentralização do Ensino dos anos iniciais do ensino Fundamental das escolas públicas do Estado de Minas Gerais, na cidade de Montes Claros e dá outras providências.”**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, por seus representantes, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade do município de Montes Claros em promover a realização de consulta pública prévia junto à comunidade escolar local, para fins de descentralização, da gestão dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas do município de Montes Claros.

**Art. 2º** Deverá ser realizado processo de consulta prévia junto à comunidade escolar local, assegurando a máxima publicidade, debate amplo e democrático, além da realização de audiências públicas durante todo o processo.

**§ 1º** - O processo de consulta prévia popular deverá ser organizado pelo colegiado escolar.

**§ 2º** - A consulta popular se dará por meio de voto direto, secreto e universal, após amplo debate, de forma democrática, com toda a comunidade escolar local por meio de reuniões e assembleias regionais.

**Art. 3º** Somente haverá a absorção da gestão das matrículas do ensino fundamental das escolas estaduais pelo Município de Montes Claros, caso a comunidade escolar local concorde com a mudança após a realização do processo de consulta pública prévia.

**Art. 4º** Em caso de eventual aprovação pela comunidade escolar após a finalização de todo o processo de consulta prévia, se o Município manifestar a sua concordância com o processo de mudança da gestão do ensino fundamental solicitará autorização legislativa pela Câmara Municipal.



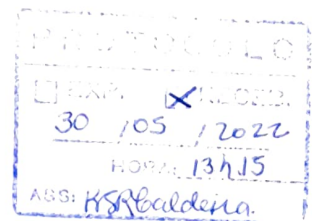
## Câmara Municipal de Montes Claros – MG

§ 1º Se o Município de Montes Claros manifestar interesse em assumir a gestão do ensino fundamental de escola estadual deverá atender todos os seguintes critérios:

- I - comprovação da capacidade financeira e de geração de receita municipal para a absorção das referidas matrículas.
- II - demonstração do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação em relação a oferta de vagas na educação infantil e creches.
- III - possuir infraestrutura própria e adequada para o atender a oferta do ensino dos anos iniciais do ensino fundamental que será assumida.
- IV- preservação da oferta regular do transporte escolar e merenda escolar.
- V - garantia de que não ocorra redução de oferta de vagas aos alunos.
- VI- oferta de estrutura adequada e condições de trabalho para os profissionais da escola.
- VII- manutenção da oferta do atendimento educacional especializados aos alunos.
- VIII - garantia da continuidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e não comprometimento do projeto político pedagógico da escola.
- IX- Respeitar o teor da Lei 11.738/2008, que determina em seu artigo 2º, que na composição da jornada de trabalho deve ser distribuída em 2/3 (dois terços) para o desempenho das atividades de interação com os educandos e 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse (preparar aula, correções de provas, planejamento, etc).

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.



Sala de Sessões da Câmara Municipal  
de Montes Claros

30 de maio de 2022

  
Professora Iara Pimentel  
VEREADORA

Profª Iara Pimentel  
VEREADORA